

Conversão da dívida: concessões descabidas e impatrióticas

Herbert Levy

A notícia de que os negociadores oficiais brasileiros sobre acertos na dívida externa, pressionados pelos credores, vão permitir, a partir deste mês, que os leilões de conversão da dívida externa em investimento se façam sem o pagamento de qualquer ágio ao Banco Central é positivamente escandaloso.



Isso quer dizer que os títulos brasileiros, negociados no mercado financeiro americano e europeu, a preços que equivalem a 35% do valor nominal, passam a valer já neste mês 100% do valor nominal na conversão em investimento interno no Brasil.

Assim, ao contrário do que afirmam os dirigentes americanos, europeus e japoneses, que é imprescindível a redução dos juros e da dívida para os países devedores em desenvolvimento, a fim de proteger a democracia contra a crise econômico-social que a ameaça, assistimos ao processo inverso. O Brasil abre mão do deságio de seus títulos, em favor do credor. Quer-me parecer que cabe aqui um processo de responsabilidade contra os responsáveis por concessão tão desastrosa quanto estapafúrdia.

Continuamos a nos sangrar em saúde com os pagamentos de juros integrais que continuamos a efetuar, a despeito de toda a evidência de que a economia retrocede, o desemprego cresce e aumentam as tensões sociais com essa sangria. Onde estão Bush, Mitterrand, Kohl e Takeshita que afirmaram e reafirmaram a necessidade de amparar a democracia ameaçada nos países em desenvolvimento?

De 83 a 87, entre entradas e saídas de capital, o Brasil teve um desembolso líquido de 35,5 bilhões de dólares. O processo de descapitalização continua em países para os quais a entrada de recursos externos é imprescindível ao seu desenvolvimento.

As nações desenvolvidas há anos que registram situação de grande prosperidade. Acaso estará nos cálculos de qualquer estadista digno desse nome aprofundar as desigualdades entre ricos e pobres?

No caso do Brasil ainda temos argumentos de natureza moral, além de técnica, para uma sensível redução da dívida que é, em grande parte, injusta. De um total de 92 bilhões de dólares de dívida em 84, 20 bilhões são da responsabilidade do Tesouro americano, que puxou as taxas de juros de 7 1/2 a 20,45% para se cobrir no mercado financeiro, de modo inepto, dos

seus déficits orçamentários. Quando observei isso ao presidente Reagan em Brasília ele se impressionou e tomou medidas, tanto que, nos doze meses seguintes, as taxas baixaram para 12%.

E a OPEP, depois de lutar justamente por uma melhora dos preços do petróleo, que estavam a 1,77 dólar por barril em 1971 e 2,77 dólares em 1973, muito baixos, mas que alcançaram 10,40 dólares em 1975, pegou o freio nos dentes sem qualquer ação dos organismos internacionais e puxou os preços para 38 dólares o barril, quase levando à ruína a economia do mundo livre. A diferença acima dos 10,40 dólares representou, com as nossas importações, um agravamento da dívida em 32 bilhões de dólares. Os dois fatores altamente injustos representaram 52 bilhões numa dívida total de 92 bilhões de dólares na ocasião, isto é, mais de 50%. Isso eu disse em Washington e só recebi manifestações de apoio do mais alto nível.

O mercado secundário registra negócios a 35% do valor nominal porque os financistas são acima de tudo realistas e sabem que cedo ou tarde os devedores estarão insolventes. Mas enquanto conseguiram receber todos os juros, os banqueiros credores, que não são políticos e por isso insensíveis aos problemas políticos e sociais, tratam de fazê-lo, explorando no mínimo a incapacidade e a tibieza dos que negociam em nome dos credores.

Essa situação já era desastrosa para o Brasil. Mas agora, o perdão de um deságio que o próprio mercado estabeleceu em 75% do valor nominal, em vez de fazer este pobre Brasil beneficiário disso, passá-lo para os banqueiros credores é uma alarmante e suspeita ação de menosprezo pelos interesses brasileiros. Não é para menos que, segundo noticiou a Folha, marcado o início da entrega de propostas de conversão da dívida para 2 de maio, já no dia 21 de abril as instituições credoras mandavam representantes fazendo revezamento dia e noite na frente das sedes do Banco Central, para garantir o lugar na fila até o dia 2. Acrescenta que chegou a ocorrer confusão entre as filas dos representantes dos bancos credores e as assembléias de funcionários do BC.

Como agem dinamicamente os credores para apanhar o maná que os nossos negociadores lhes entregaram, enquanto continuam resolutamente a negar qualquer concessão no montante dos juros e da dívida.

Onde estão Bush, Takeshita, Kohl e Mitterrand? E para que lado estarão voltadas as antenas do presidente Sarney que não apanham fatos desta gravidade?

Herbert Levy é presidente do conselho de administração e diretor-responsável da Gazeta Mercantil.